

FUNDACAO OSWALDO CRUZ/RJ

Termo de Referência 20/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
20/2026	254420-FUNDACAO OSWALDO CRUZ/RJ	ELAINE DO ESPIRITO SANTO CABRAL	03/06/2026 11:47 (v 0.14)
Status			
DISPONIBILIZADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Serviços de TIC	345/2026	25380.000629/2026-09

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de aquisição de licenças do software SketchUp justifica-se pela necessidade de dispor de uma ferramenta especializada para modelagem tridimensional (3D), amplamente utilizada em atividades de planejamento, arquitetura, engenharia e design de ambientes. O software permite a visualização realista de projetos, a análise espacial precisa e a comunicação eficiente de propostas técnicas, contribuindo para o aperfeiçoamento dos processos de elaboração, avaliação e apresentação de projetos institucionais, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Especificação	CATSER/ CATMAT	Métrica ou Unidade Medida	Quantidade	Valor Unitário (36 meses)	Valor Total (36 meses)
1	Assinatura SketchUp Pro: Licença anual por usuário nomeado, incluindo LayOut e Trimble Connect.	27502	unidade	38	R\$ 7.744,73	R\$ 294.299,74
2	Assinatura SketchUp Studio: Licença anual por usuário nomeado, incluindo V-Ray e Scan Essentials.	27502	unidade	13	R\$ 15.851,31	R\$ 206.067,03
					TOTAL	R\$ 500.366,77

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O serviço é essencial e visa atender a uma necessidade pública permanente, O serviço é enquadrado como continuado porque que pode se estender por mais de um exercício financeiro, ou porque sua interrupção comprometeria atividades essenciais e a continuidade dos serviços. A vigência de 36 (trinta e seis) meses justifica-se pela necessidade de garantir a continuidade da utilização da solução contratada, assegurando suporte técnico, atualizações e disponibilidade dos serviços durante todo o período contratual. A contratação plurianual mostra-se mais vantajosa para a Administração, reduzindo custos administrativos relacionados à realização de procedimentos licitatórios recorrentes e promovendo maior eficiência na gestão contratual.

1.5. O contrato terá vigência de 36 (trinta e seis) meses, contados da assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente até o limite de 10 (dez) anos, conforme os arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

1.6. A contratação dar-se-á no modelo de subscrição (SaaS), com licenciamento anual, sendo a Nota Fiscal emitida anualmente após a comprovação da disponibilidade das licenças (itens) para o respectivo período.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente A aquisição justifica-se pela necessidade de uma ferramenta especializada para modelagem 3D, essencial para atividades de planejamento, arquitetura, engenharia e design. O software permite visualização realista, análise espacial precisa e comunicação eficiente de propostas técnicas, aperfeiçoando a elaboração e avaliação de projetos.

O volume de projetos arquitetônicos desenvolvidos pela equipe técnica da Fiocruz sofreu um impacto significativo. A aquisição do software SketchUp é condição essencial para o pleno funcionamento das atividades administrativas e técnicas, com reflexos diretos nos programas e projetos finalísticos da instituição.

A ferramenta possibilita a criação de modelos tridimensionais detalhados, permitindo visualizações sob diferentes perspectivas (ambientes internos e externos). Isso garante análises mais criteriosas, maior precisão técnica e melhor compreensão dos elementos que compõem cada intervenção na infraestrutura.

A contratação proporciona maior efetividade às equipes, fortalecendo a capacidade institucional da Fiocruz no planejamento e melhoria de suas unidades. Trata-se de um investimento estratégico para o aprimoramento da execução das atividades de interesse público desenvolvidas pela Fundação.

2.2. Da Contratação em Grupo Único: A opção pelo agrupamento dos itens em lote único justifica-se pela busca da eficiência administrativa e padronização tecnológica. A gestão centralizada de licenças de um mesmo fabricante (Trimble/SketchUp) reduz a fragmentação contratual, otimiza o suporte técnico e assegura a interoperabilidade dos arquivos entre as diversas unidades da Fiocruz beneficiadas, garantindo ainda maior economia de escala e celeridade no processo de renovação anual das subscrições.

2.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 33781055000135-0-000001/2026
- II) Data de publicação no PNCP: 08/04/2025
- III) Id do item no PCA: 1771
- IV) Classe/Grupo: 182 - SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO E CONTRATOS DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA
- V) Identificador da Futura Contratação: 254420-345/2026

2.4.. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

2.5. O objeto da contratação também está alinhado com a Estratégia de Governo Digital (2024-2027) e em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) (2024-2026) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), conforme demonstrado abaixo:

	Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC)
Ciclo	2023-2026
Princípios	P06 - Eficiência Um Governo eficiente, que capacita seus profissionais nas melhores práticas e faz uso racional da força de trabalho e aplica intensivamente plataformas tecnológicas e serviços compartilhados nas atividades operacionais. Complementarmente, otimiza a infraestrutura e os contratos de tecnologia, buscando a redução do custo e ampliação da oferta de serviços.
Diretriz	D08 - Otimizar as infraestruturas de tecnologia da informação e comunicação

	Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC)
Ciclo	2026
Iniciativa	COGETIC 71983.2 - LICENCIAMENTO DE DIREITOS PERMANENTES SOBRE PROGRAMAS DE COMPUTADOR E LOCAÇÃO DE SOFTWARE

2.6. Por se tratar de solução tecnológica que subsidia a oferta de serviços públicos, a contratação observa as diretrizes de interoperabilidade e acesso da Plataforma Gov.br, nos termos do Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016. A utilização da ferramenta viabiliza a entrega de projetos de

infraestrutura de saúde que compõem o catálogo de serviços digitais da instituição, garantindo a eficiência administrativa e a transparência no planejamento das políticas públicas.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. A solução de TIC consiste na: Subscrição anual de software para modelagem tridimensional (3D) e documentação técnica, no modelo SaaS (Software as a Service), com gerenciamento centralizado em nuvem. A solução é composta por 51 (cinquenta e uma) licenças, divididas conforme a complexidade das atividades das unidades da Fiocruz:

- **Item 01 – SketchUp Pro (38 Unidades):** Destinado à modelagem arquitetônica e de infraestrutura padrão. Inclui as ferramentas **LayOut** (documentação 2D) e **Trimble Connect** (colaboração em nuvem), permitindo a integração de equipes e o armazenamento seguro de projetos.
- **Item 02 – SketchUp Studio (13 Unidades):** Destinado a projetos de alta complexidade, restauro de patrimônio e levantamentos de precisão. Inclui, além das funções da versão Pro, os recursos **Scan Essentials** (processamento de nuvem de pontos/laser scanner) e **V-Ray** (renderização fotorrealista para apresentações institucionais).

3.3. O quantitativo de 51 licenças foi dimensionado com base no levantamento das equipes técnicas das Unidades Beneficiárias (COGIC, COC, INI, entre outras), garantindo que cada técnico projetista possua uma licença individual vinculada ao seu e-mail institucional, evitando a interrupção de atividades críticas de engenharia e manutenção hospitalar.

3.4. Com a contratação, são esperados os seguintes resultados ou benefícios, no mínimo:

1. **Aumento de Produtividade:** Redução do tempo entre a concepção do design e a entrega da documentação final.
2. **Qualidade Visual:** Apresentações de projetos mais atraentes para clientes.
3. **Segurança e Suporte:** Utilização de licenças oficiais, garantindo atualizações técnicas, segurança da informação e suporte.

3.5. Especificação Técnicas Mínimas:

Item 01 - SKETCHUP PRO – VERSÃO 2025 ou superior

1. SketchUp para Web;
2. Visualizador para dispositivos móveis;
3. Visualizadores para realidade estendida;
4. SketchUp para iPad;
5. SketchUp para Desktop;
6. LayOut (planos de construção claros e apresentações 2D de alta qualidade);
7. 3D Warehouse (downloads ilimitados);
8. Trimble Connect (projetos e armazenamento na nuvem ilimitado);
9. PreDesign;
10. Armazém de extensão;
11. Criação e edição de componentes dinâmicos;
12. Acesso e configuração a componentes ativos;
13. Materiais foto realistas;
14. Ambientes;
15. Recursos de importação e exportação de arquivos (Importação: DDF, IFC, IFCZIP, BMP, TIF, TGA, PDF (somente Mac) Exportação: IFC, WRL, TIF, EPS, PDF (somente Mac)

Item 02 - SKETCHUP STUDIO – VERSÃO 2025 ou superior

1. SketchUp para Web;
2. Visualizador para dispositivos móveis;
3. Visualizadores para realidade estendida;
4. SketchUp para iPad;
5. SketchUp para Desktop;
6. LayOut (planos de construção claros e apresentações 2D de alta qualidade);

- 7. 3D Warehouse (downloads ilimitados);
- 8. Trimble Connect (projetos e armazenamento na nuvem ilimitado);
- 9. PreDesign;
- 10. Armazém de extensão;
- 11. Criação e edição de componentes dinâmicos;
- 12. Acesso e configuração a componentes ativos;
- 13. Materiais foto realistas;
- 14. Ambientes;
- 15. Scan Essentials;
- 16. V-Ray;
- 17. Importador simples e eficiente de arquivos do Revit para o SketchUp Recursos de importação e exportação de arquivos (Importação: DDF, IFC, IFCZIP, BMP, PSD, TIF, TGA, PDF (somente Mac) RVT, RWP, LAS/LAZ, TZF, PLY, E57 Exportação: IFC, WRL, TIF, EPS, PDF (somente Mac)

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos de Negócio:

- 4.1. A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos de negócio:
- 4.1.1. Garantir a continuidade da edição e acesso ao acervo de projetos da Fiocruz em formato .SKP.
 - 4.1.2. Atender ao Decreto nº 10.306/2020 (Estratégia BIM) mediante uso de ferramentas que permitam a interoperabilidade (IFC).
 - 4.1.3. Possibilitar o trabalho colaborativo e o armazenamento em nuvem para as equipes de infraestrutura distribuídas nas unidades.

Requisitos de Capacitação

4.2. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica, uma vez que as equipes já possuem domínio da ferramenta e o objeto foca na disponibilidade do licenciamento.

Requisitos Legais

4.3. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133, de 2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a outras legislações aplicáveis;

Requisitos de Manutenção

4.4. A manutenção será do tipo adaptativa e evolutiva, garantida pelas atualizações automáticas de versão fornecidas pelo fabricante durante a vigência da subscrição.

Requisitos Temporais

- 4.5. Os serviços de entrega das licenças (envio de chaves/ativação) devem ser prestados no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, a contar do recebimento da Nota de Empenho.;
- 4.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.
- 4.7. Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias corridos. Ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia, conforme os prazos.
- 4.8. Na execução dos serviços, deverão ser observados os seguintes prazos:

Atividade	Início de atendimento	Solução de problema
Falha na ativação/login	04 horas	24 horas
Dúvidas sobre instalação	08 horas	48 horas

Requisitos de Segurança e Privacidade

4.9. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do Contratante, e

4.9.1. A solução deverá garantir que os dados de projetos armazenados no **Trimble Connect** sejam criptografados e acessíveis apenas por usuários autenticados pela Fiocruz, em conformidade com a **LGPD**.

4.9.2. A solução deverá observar o disposto na Instrução Normativa nº 5/2021 do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), especialmente no que se refere ao tráfego, armazenamento e tratamento de informações em ambientes de computação em nuvem, garantindo a adoção de controles de segurança compatíveis com a sensibilidade dos dados.

Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

4.10. Os serviços devem estar aderentes às seguintes diretrizes sociais, ambientais e culturais:

4.10.1. Priorização de entrega por meio digital (ESD - Electronic Software Delivery), eliminando resíduos sólidos como mídias físicas (CD /DVD), manuais impressos e embalagens plásticas.

4.10.2. Redução da pegada de carbono institucional ao evitar o deslocamento físico de técnicos para instalação e suporte, realizando-os de forma remota.

Requisitos da Arquitetura Tecnológica

4.11. Os serviços deverão ser executados observando-se as diretrizes de arquitetura tecnológica estabelecidas pela área técnica da Contratante.

4.12. A adoção de tecnologia ou arquitetura diversa deverá ser autorizada previamente pela Contratante. Caso não seja autorizada, é vedado à Contratada adotar arquitetura, componentes ou tecnologias diferentes daquelas definidas pela Contratante.

Requisitos de Projeto e de Implementação

4.13. Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de projeto e de implementação descritos a seguir:

4.13.1. As licenças devem ser obrigatoriamente vinculadas ao domínio oficial da Fiocruz (@fiocruz.br) para garantir a propriedade institucional do acervo técnico produzido.

Requisitos de Implantação

4.14. Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de implantação, instalação e fornecimento descritos a seguir:

4.14.1. A Contratada deverá disponibilizar link para download oficial e instruções de ativação em até 10 dias úteis, garantindo que a versão instalada seja a mais recente (versão 2026 ou superior disponível).

Requisitos de Garantia e Manutenção

4.15. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e suas atualizações.

Requisitos de Experiência Profissional

4.16. Não serão exigidos requisitos de experiência profissional para a presente contratação.

Requisitos de Formação da Equipe

4.17. Não serão exigidos requisitos de formação da equipe para a presente contratação.

Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.18. A execução dos serviços está condicionada ao recebimento pelo Contratado de Ordem de Serviço (OS) emitida pela Contratante.

4.19. A OS indicará o serviço, a quantidade e a localidade na qual os deverão ser prestados.

4.20. O Contratado deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento 24 horas por dia e 07 dias por semana de maneira eletrônica e 09 horas por dia e 05 dias por semana por via telefônica.

4.21. A execução do serviço deve ser acompanhada pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

4.22. O Contratado deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade descritos a seguir:

4.29.1 A solução deverá garantir que os dados de projetos armazenados no Trimble Connect sejam criptografados e acessíveis apenas por usuários autenticados pela Fiocruz, em conformidade com a LGPD.

Vistoria

4.23. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução, por se tratar de fornecimento de software via download.

Sustentabilidade

4.24. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.24.1.Observância à eficiência energética, uma vez que o modelo SaaS otimiza o uso de servidores compartilhados (cloud computing), reduzindo o consumo de energia se comparado a infraestruturas locais.

4.24.2.Estímulo à desmaterialização dos processos administrativos, com faturamento e comunicações realizados exclusivamente por meio eletrônico.

Subcontratação

4.25. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.26. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, devido ao baixo risco da operação (entrega integral no início e pagamento após o recebimento).

Informações relevantes para o dimensionamento E/OU apresentação da proposta

4.27. A proposta deverá ser apresentada conforme o Modelo de Proposta de Preço (Anexo III) deste Termo de Referência. Ela deverá contemplar o valor global para o período de 36 meses, apresentando, além do valor unitário e total para o período em questão, também o valor unitário por licença/ano e o valor total anual, incluindo suporte técnico e acesso a todas as extensões listadas para as versões Pro e Studio.

4.28 Não foi prevista reserva de cota para microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 8º do Decreto nº 8.538/2015, em razão da natureza indivisível do objeto. A contratação compreende uma única solução de TIC, cujo gerenciamento, suporte e administração das licenças demandam execução integrada, de modo que o fracionamento do objeto pode comprometer a padronização da solução e a eficiência da gestão contratual.

4.29. A presente contratação enquadra-se na hipótese de subscrição ou Software as a Service (SaaS), prevista no item 7.4.3 do Anexo I da Portaria SGD /MGI nº 5.950/2023, tendo sido observados os requisitos e condições aplicáveis a essa modalidade de contratação.

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1. São obrigações da CONTRATANTE:

5.1.1. nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

5.1.2. encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

5.1.3. receber o objeto fornecido pelo contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

5.1.4. Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, garantindo o devido processo administrativo e o direito à ampla defesa.

5.1.5. liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

5.1.6. comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;

5.1.7. definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;

5.1.8. prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer.

5.2. São obrigações do CONTRATADO:

5.2.1. indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

5.2.2. atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

5.2.3. reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;

5.2.4. propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;

5.2.5. manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

5.2.6. quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;

5.2.7. quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;

5.2.8. ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;

5.2.9. Garantir que as licenças fornecidas, especialmente para a modalidade Studio, deem acesso integral a todos os plugins e extensões nativos do fabricante, sem a imposição de custos adicionais de ativação à Contratante durante a vigência do ciclo anual.

5.2.10. fazer a transição contratual, quando for o caso.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

6.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.1.1. **Início da execução:** Em até 10 (dez) dias úteis da emissão da Nota de Empenho.

6.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

6.1.2.1. A execução consiste na disponibilização de credenciais de acesso (Logins/Senhas ou Convites de Ativação) via e-mail institucional. A contratada deve garantir o acesso ao console de administração para que a Fiocruz realize a gestão dos usuários nomeados.

6.1.3. *Cronograma de realização dos serviços:*

6.1.3.1. **Etapas 1:** Entrega das chaves de acesso e links de download (10 dias úteis)

6.1.3.2. **Etapas 2:** Verificação de conformidade e aceite (05 dias úteis após a entrega)

6.1.3.3. **Etapas 3:** Suporte técnico e atualizações (Durante os 12 meses de vigência)

Local e horário da prestação dos serviços

6.2. Por tratar-se de solução SaaS, a entrega é **remota/digital**. O suporte técnico será prestado via canais remotos (telefone/e-mail/portal).

6.3. O suporte deverá estar disponível em dias úteis, de **segunda a sexta-feira, das 08h às 18h** (horário de Brasília).

Rotinas a serem cumpridas

6.4. A execução contratual observará as rotinas *abaixo*:

I. Ativação e Gestão de Usuários: A Contratada deverá processar a ativação das contas em até 10 dias úteis. A gestão dos usuários nomeados será realizada pela Fiocruz, cabendo à Contratada garantir que o console administrativo esteja plenamente funcional para atribuição e reatribuição de licenças entre os técnicos.

II. Atualização de Versões: Durante toda a vigência do contrato, a Contratada deverá garantir à Fiocruz o acesso imediato a qualquer atualização, correção de *bugs* ou nova versão lançada pelo fabricante (Trimble), sem custos adicionais.

III. Suporte Técnico: O atendimento será realizado via abertura de chamados. A Contratada deverá registrar o protocolo e respeitar os prazos de resposta (SLA) definidos neste Termo de Referência para problemas de instalação e licenciamento.

IV. Verificação de Disponibilidade: A Contratada deverá monitorar e garantir a disponibilidade das ferramentas em nuvem (Trimble Connect e V-Ray Cloud), comunicando antecipadamente à Fiocruz sobre janelas de manutenção programada do fabricante que possam impactar o acesso aos serviços.

V. Comunicação Mensal: Caso solicitado pela fiscalização, a Contratada deverá fornecer relatórios simplificados de uso ou de chamados abertos para fins de acompanhamento da execução contratual.

Materiais a serem disponibilizados

6.5. Manuais de instalação e guias rápidos de ativação em formato digital.

6.6. Portal de suporte ou sistema de tickets para registro de chamados técnicos.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

6.7. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

6.7.1. A solução deve suportar a instalação em sistemas operacionais Windows e macOS, conforme as especificações vigentes do desenvolvedor (Trimble).

6.7.2. As subscrições devem permitir o uso offline por períodos limitados, conforme política padrão do fabricante.

Formas de transferência de conhecimento

6.8. Não será necessária transferência de conhecimento formal (treinamento), devido às características de software de prateleira e ao domínio prévio da ferramenta pelas equipes técnicas.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

6.9. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

6.9.1. Ao final do contrato, a contratada deve garantir que a Fiocruz possa exportar quaisquer dados de gestão de usuários do console.

6.9.2. A contratada não poderá reter ou bloquear o acesso aos arquivos (.SKP) produzidos pela Fiocruz, que são de propriedade exclusiva da administração.

Quantidade mínima de serviços para comparação e controle

6.10. Cada OS conterá o volume de serviços demandados, incluindo a sua localização e o prazo, conforme modelo descrito abaixo:

I. Unidade de Medida: A métrica utilizada será a **unidade de assinatura (licença)** ativa por um período de 12 (doze) meses.

II. Emissão da Ordem: A Contratante poderá emitir a Ordem de Serviço/Fornecimento para a totalidade das licenças (51 unidades) ou de forma escalonada, conforme a prontidão das unidades beneficiárias em indicar os e-mails dos usuários.

III. Verificação de Entrega: O controle será feito por meio da conferência do Relatório de Ativação extraído do console de administração do software, que deverá listar: e-mail do usuário, data de ativação, tipo da licença (Pro ou Studio) e prazo de validade.

IV. Consolidação da Demanda: O volume total de serviços para fins de pagamento será a soma das assinaturas efetivamente disponibilizadas e atestadas pela fiscalização técnica, não podendo ultrapassar o teto estabelecido no Item 3.2 deste Termo de Referência.

Mecanismos formais de comunicação

6.11. São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

- I) Ordem de Serviço;
- II) Ata de Reunião;
- III) Ofício;
- IV) Sistema de abertura de chamados;
- V) E-mails e Cartas;
- VI) Portal de Gestão de Licenciamento do Fabricante.
- VII) Aplicativo de mensagens instantâneas (opcional, para agilidade no suporte).

Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

6.12. O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

6.13. O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal do Contratado, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados do Contratado diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos Anexos I e II.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Preposto

7.5. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

7.6. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto, devendo, contudo, garantir canais de comunicação remota (telefone e e-mail) para pronto atendimento.

7.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Reunião Inicial

7.8. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

7.9. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até em até **05 (cinco) dias úteis** da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.

7.10. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

7.10.1. Presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;

7.10.2. Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;

7.10.3. esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;

7.10.4. A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;

7.10.5. Entrega do Certificado de Revenda Autorizada ou Carta de Solidariedade emitida pelo fabricante (Trimble), vigente e em nome da Contratada, comprovando a originalidade das subscrições e o canal oficial de suporte técnico para as licenças do SketchUp Pro e Studio.

Rotinas de Fiscalização

7.11. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

Fiscalização Técnica

7.12. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.13. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.14. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.15. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.16. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.17. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

7.18. *A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:*

7.18.1. Verificar a conformidade das versões entregues (Pro e Studio) com o exigido no Edital.

7.18.2. Validar o acesso dos usuários ao console de administração e ao armazenamento em nuvem (Trimble Connect).

7.18.3. Monitorar o cumprimento dos prazos de suporte técnico (SLA) em caso de incidentes de ativação.

7.19. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Fiscalização Administrativa

7.20. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.21. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7.22. *Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:*

- 7.22.1. Conferir a validade das certidões negativas de débitos (CND) antes da emissão de cada nota de empenho ou pagamento.

7.22.2. Verificar se as notas fiscais discriminam corretamente os itens (Lote 01 e Lote 02) conforme a proposta adjudicada; e

7.22.3. Controlar o saldo de licenças ativadas frente ao quantitativo total contratado (51 unidades).
- Gestor do Contrato

7.23. Cabe ao gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022:

7.23.1.. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.23.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.23.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.23.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.23.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.23.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.23.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

7.23.8. receber e dar encaminhamento imediato:

7.23.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174 /2024;

7.23.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo, para fins de retenção cautelar de valores ou rescisão contratual, se for o caso.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme disposto nesta seção.

IAP – ÍNDICE DE ATENDIMENTO NO PRAZO	
Tópico	Descrição
Finalidade	Medir o cumprimento dos prazos de ativação das licenças/subscrições.
Meta a cumprir	IAP igual a 100 %.
Instrumento de medição	Deve ser aferido por meio de verificação no portal administrativo do fabricante, incluindo a data de envio das credenciais, bem como por ferramentas de controle, procedimentos de amostragem ou outros mecanismos de inspeção.
	Apurado pelos fiscais do contrato, considerando a quantidade de ativações realizadas dentro do prazo em relação ao

Forma de acompanhamento	total de solicitações no período de referência.
Periodicidade	Por evento (a cada ativação), com consolidação anual.
Mecanismo de Cálculo (métrica)	$IAP = 100 * (\Sigma Q_{tap} / \Sigma Q_{tr})$ <p>Onde:</p> <p>IAP = Indicador de Atendimento no Prazo; ΣQ_{tap} = Quantidade de atendimentos realizados dentro do prazo; ΣQ_{tr} = Quantidade total de solicitações no período.</p>
Observações	<p>Obs1: Serão utilizados dias corridos na medição.</p> <p>Obs2: Os dias com expediente parcial no órgão/entidade serão considerados como dias corridos no cômputo do indicador</p>
Início de Vigência	A partir da emissão da OS.
Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	<p>Sem atraso: pagamento integral.</p> <p>Atraso > 0 dias: Glosa de 0,5% sobre o valor da parcela anual por dia de atraso, limitada a 10%.</p>

ICP – INDICADOR DE CHAMADOS ATENDIDOS DENTRO DO PRAZO (SUPORTE)	
Tópico	Descrição
Finalidade	Medir o percentual de chamados atendidos dentro dos prazos estabelecidos na Ordem de Serviço ou no Acordo de Nível de Serviço (SLA).
Meta a cumprir	ICP igual ou superior a 90%.
Instrumento de medição	Deve ser aferido por meio de ferramentas de gestão de chamados da Contratada ou do fabricante, relatórios extraídos desses sistemas, bem como por procedimentos de amostragem ou outros mecanismos de inspeção adotados pela fiscalização do contrato.
Forma de acompanhamento	Apurado pelos fiscais do contrato, considerando a quantidade de chamados atendidos dentro do prazo em relação ao total de chamados registrados no período de referência.

Periodicidade	Mensal, com consolidação anual para fins de pagamento.
Mecanismo de Cálculo (métrica)	$ICP = 100 \times (\Sigma Q_{cap} / \Sigma Q_{ct})$ <p>Onde:</p> <p>ICP = Indicador de Chamados Atendidos dentro do Prazo;</p> <p>ΣQ_{cap} = Somatório do quantitativo de chamados atendidos dentro do prazo estabelecido;</p> <p>ΣQ_{ct} = Somatório do quantitativo total de chamados registrados no período.</p>
Observações	Obs. 1: Serão utilizados dias corridos na medição. Obs. 2: Dias com expediente parcial serão considerados como dias corridos.
Início de Vigência	A partir da emissão da OS.
Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	<p>ICP \geq 90%: sem sanção</p> <p>ICP \geq 80% e < 90%: advertência</p> <p>ICP \geq 70% e < 80%: multa de até 2% do valor anual</p> <p>ICP < 70%: multa de até 5% do valor anual ou inexecução parcial</p>

IDS – ÍNDICE DE DISPONIBILIDADE DE SERVIÇO (NUVEM)	
Tópico	Descrição
Finalidade	Assegurar a disponibilidade dos serviços em nuvem (BIM Collaborate Pro, Docs, etc.)
Meta a cumprir	IDS \geq 99,9% mensal.
Instrumento de medição	Deve ser aferido por meio de verificação no portal do fabricante (Trimble), testes de acesso às ferramentas, registros de chamados e evidências da Contratada, bem como, quando disponível, página de status dos serviços.
Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	<p>IDS \geq 99,9%: sem sanção</p> <p>IDS \geq 97% e < 99,9%: aplicação de advertência</p> <p>IDS \geq 92% e < 97%: aplicação de advertência</p> <p>IDS \geq 87% e < 92%: aplicação de advertência e multa de 1,5% sobre o valor da parcela anual</p> <p>IDS \geq 80% e < 87%: aplicação de advertência e multa de 3,0% sobre o valor da parcela anual</p> <p>IDS < 80%: inexecução contratual</p>

8.2. Nos termos do art. 19, inciso III, da Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, conforme legislação vigente e a Portaria nº 1, de 24 de fevereiro de 2026, da Fiocruz, constante nos autos do processo, caso se constate que o Contratado:

- 8.2.1. não produziu os resultados acordados;
- 8.2.2. deixou de executar ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- 8.2.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.3. A utilização dos indicadores de desempenho não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos de avaliação da execução contratual.

8.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

- 8.4.1. Disponibilidade total das 51 (cinquenta e uma) subscrições ativas e vinculadas aos e-mails institucionais da Fiocruz;
- 8.4.2. Confirmação de acesso ao console de administração e às ferramentas em nuvem (Trimble Connect);
- 8.4.3. Verificação da entrega dos certificados de originalidade ou comprovação de revenda autorizada do fabricante;
- 8.4.4. Validação, pela fiscalização técnica, do Relatório de Ativação emitido pela Contratada, contendo a lista de usuários e as datas de início e fim das subscrições;
- 8.4.5. Verificação da manutenção das condições de habilitação da Contratada, mediante consulta aos cadastros pertinentes (SICAF);
- 8.4.6. Aplicação de glosas (descontos) apuradas com base no Indicador de Chamados Atendidos dentro do Prazo (ICP), conforme definido neste Termo de Referência.

Recebimento

8.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis., pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

8.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

8.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

8.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

8.10. Para efeito de faturamento, será considerado o evento de ativação dos itens de software, com pagamento em parcela única anual, a ser realizado após a efetiva liberação ou renovação das licenças para cada ciclo de 12 meses.

8.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

- 8.11.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

8.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

8.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

8.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

8.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.18.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

8.18.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

8.18.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

8.18.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser emitida anualmente pela Contratada somente após o Recebimento Definitivo dos itens, mediante a confirmação da disponibilidade das licenças por mais um ciclo de 12 meses, e

8.18.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontestada da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Procedimentos de Teste e Inspeção

8.22. Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo:

8.22.1. Teste de login e acesso às ferramentas SketchUp Pro, LayOut e Trimble Connect em amostra de usuários.

8.22.2. Verificação da funcionalidade dos plugins específicos da versão Studio (V-Ray e Scan Essentials).

8.22.3. Teste de abertura de chamado no canal de suporte da contratada para validar o tempo de resposta inicial.

Liquidação

8.23. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.24. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.25. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;

II) a data da emissão;

III) os dados do contrato e do órgão contratante;

IV) o período respectivo de execução do contrato;

V) o valor a pagar; e

VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.26. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

8.27. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.28. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.28.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.28.2. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.29. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.30. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.31. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.32. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.33. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.34. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice [definir o índice] de correção monetária.

Forma de pagamento

8.35. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.36. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.37. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.37.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.38. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

8.39. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento, devendo a liquidação ocorrer após o Recebimento Definitivo.

Reajuste

8.40. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data da apresentação da proposta.

8.41. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.42. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.43. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.44. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

- 8.45. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 8.46. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 8.47. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

- 8.48. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.
- 8.48.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
- 8.48.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.
- 8.48.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.
- 8.48.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.
- 8.49. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

9. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PROCEDIMENTOS PARA RETENÇÃO OU GLOSA NO PAGAMENTO

9.1. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela Contratante, conforme a tabela abaixo:

<i>Id</i>	<i>Ocorrência</i>	<i>Glosa / Sanção</i>
1	Não prestar os esclarecimentos imediatamente, relativos à execução dos serviços, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas úteis.	Multa de 0,1% sobre o valor total do contrato por dia útil de atraso na prestação das informações, por escrito ou por outro meio autorizado pelo Contratante, até o limite de 10 (dez) dias úteis.
		Após esse prazo, aplicar-se-á multa de 2% sobre o valor total do contrato.
2	Não atender ao Indicador de Chamados Atendidos dentro do Prazo (ICP).	ICP ≥ 90%: sem desconto sobre o valor da fatura do período;
		ICP ≥ 80% e < 90%: desconto de 10% sobre o valor da fatura do período;
		ICP ≥ 70% e < 80%: desconto de 20% sobre o valor da fatura do período;
		ICP < 70%: desconto de 30% sobre o valor da fatura do período.

3	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.	Advertência. Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de 1% sobre o valor total do contrato.
---	--	--

9.2. Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que o contratado:

9.2.1. não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou

9.2.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

9.2.3. Considerando a modalidade de pagamento a vista por subscrição (anual), a retenção ou glosa prevista neste item aplica-se ao momento do recebimento e aceite das licenças. Para irregularidades ocorridas durante a vigência contratual (ex: falha de suporte ou indisponibilidade), aplicar-se-á sanção de advertência e/ou multa, conforme tabela do item 9.1 e demais disposições deste Termo de Referência.

9.3. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.4. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

9.4.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.4.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.4.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

9.5. **Multa:**

9.5.1. Moratória (Atraso na Entrega): 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 25 (vinte e cinco) dias, incidente sobre atraso na ativação das licenças.

9.5.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

9.5.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

9.5.3. Compensatória (Atos Fraudulentos): 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

9.5.4. Compensatória (Inexecução Total): 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

9.5.5. Compensatória (Grave Dano): 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

9.5.6. Compensatória (Substituição à Moratória): 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

9.5.7. Compensatória (Inexecução Parcial): 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

9.6. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

9.7. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

9.8. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.10. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.11. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.11.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

9.11.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

9.12. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.12.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.12.2. as peculiaridades do caso concreto;

9.12.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.12.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

9.12.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.13. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

9.14. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

9.15. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

9.15.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

9.16. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.17. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**.

Regime de Execução

10.2. A adoção do regime de execução por empreitada por preço unitário justifica-se em razão de o objeto ser composto por licenças de software individualmente quantificáveis, permitindo a aferição objetiva dos quantitativos efetivamente fornecidos. Tal regime proporciona maior controle da execução contratual, facilitando a fiscalização e a correlação entre os quantitativos contratados e os valores pagos pela Administração.

Exigências de habilitação

10.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

10.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

10.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.12. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.13. Ato de autorização para o exercício da atividade de Revenda ou Distribuição de Software, expedido pelo Fabricante (Trimble Inc. ou seu representante legal no Brasil), comprovando que a licitante possui autorização comercial vigente para a comercialização e prestação de suporte técnico das soluções SketchUp Pro e Studio, conforme exigido nas especificações deste Termo de Referência.

10.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

10.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

- 10.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 10.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 10.20. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 10.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 10.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 10.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 10.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 10.25. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dois últimos exercícios social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

- 10.26. Caso a empresa apresente índices iguais ou inferiores a 1, será exigido Patrimônio Líquido Mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.
- 10.27. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação ;
- 10.28. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 10.29. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 10.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
- 10.31 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

10.32. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

10.32.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo *responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação*.

10.33. **Registro em Entidade Profissional:** Não será exigido registro em conselho de classe (como CREA/CAU) para a empresa, uma vez que o objeto é o licenciamento de software e suporte, atividade estritamente comercial e de tecnologia.

10.34. Prova de atendimento aos requisitos de **Propriedade Intelectual e Licenciamento**, previstos na **Lei nº 9.609/1998 (Lei do Software)** e na **Lei nº 9.610/1998 (Lei de Direitos Autorais)**, mediante declaração da licitante de que o produto ofertado é original e que a empresa possui plena legitimidade para comercializá-lo (conforme item 10.14 deste TR)

Qualificação Técnico

10.35. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso..

10.35.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

10.35.1.1. Contrato(s) que comprove(m) que o fornecedor já entregou soluções de licenciamento de software similares (SketchUp ou softwares de engenharia/arquitetura) em quantidade compatível com o lote licitado, nos termos do art. 67 § 2º da lei 14.133/2021

10.35.1.2. Apresentação de Certificado de Parceria ou Declaração do Fabricante (Trimble), comprovando que a licitante é revenda autorizada e está apta a comercializar as subscrições e prestar suporte técnico oficial no Brasil.

10.35.2 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante.

10.35.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

10.35.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

10.35.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

10.36. Escritório Local Não exigido (suporte 100% remoto).

10.37. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

10.38. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

10.39. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.[A25]

Disposições gerais sobre habilitação

10.40. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.41. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.42. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.43. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.44. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

10.45. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

10.45.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

10.45.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

10.45.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

10.45.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

10.45.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

10.45.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

10.45.6.1. ata de fundação;

10.45.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

10.45.6.3. regimento dos fundos constituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

10.45.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

10.45.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

10.45.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

10.45.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador[A26] .

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de **R\$ 500.366,77** (Quinhentos mil, trezentos e sessenta e seis reais e setenta e sete centavos), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1** deste Termo de Referência.

11.2 A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação, especialmente no que tange à variação cambial do período entre a cotação e o certame, e sua alocação conforme especificado na matriz de risco.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

12.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: 254480;

II) Fonte de recursos: 2000;

III) Programa de trabalho: 172771;

IV) Elemento de despesa:339040; e

V) Plano interno: 1002.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 13.1. As informações contidas neste Termo de Referência **não são classificadas como sigilosas**, conforme a Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), devendo ser dada ampla publicidade ao certame.
- 13.2. Eventuais dúvidas relativas à interpretação dos termos deste documento deverão ser formalizadas via sistema eletrônico no prazo legal para esclarecimentos do edital.

14. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

GUSTAVO CARDOSO GUIMARAES

Integrante Requisitante da EPC



Assinou eletronicamente em 03/06/2026 às 10:31:31.

FERNANDO JOSE RIBEIRO SPEICH

Integrante Técnico da Equipe da EPC



Assinou eletronicamente em 03/06/2026 às 10:25:23.

ALEX LIMA DE CARVALHO

Integrante Administrativo da EPC



Assinou eletronicamente em 03/06/2026 às 10:37:21.

MISAEEL SOUSA DE ARAUJO

Autoridade Máxima de TIC



Assinou eletronicamente em 03/06/2026 às 11:40:55.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXO I_ MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO E MANUTENCAO DE SIGILO.pdf (326.36 KB)
- Anexo II - ANEXO II_ MODELO DE TERMO DE CIENCIA.pdf (256.18 KB)
- Anexo III - Anexo III_Modelo de Proposta.pdf (123.02 KB)
- Anexo IV - ANEXO IV_Estudo Tecnico Preliminar 19_2026.pdf (114.84 KB)